

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 1320

DATA : 12 01 90

PG. : 04



Marcelo Régua

*Nas áreas dos índios ianomâmis, em Roraima, garimpeiros aproveitam os últimos momentos antes de abandonar a região. (Pág. 4)*

1320

# Tuma nega à Justiça ter feito acordo com garimpeiros

BRASÍLIA — O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, negou ontem ao juiz substituído da 7ª Vara Federal, João Batista Coelho de Aguiar, que tenha feito qualquer acordo com os garimpeiros para que eles saíssem da área demarcada dos ianomâms para serem assentados em regiões da Floresta Nacional que estão interditadas desde outubro por liminar da Justiça Federal.

Romeu Tuma disse que se antecipou à convocação do juiz e foi espontaneamente reafirmar sua posição de fiel cumpridor da justiça, à qual jamais desobedeceu durante seus 35 anos de exercício policial. Mostrando-se desapontado e sentido-se injustiçado com a decisão do procurador da República, Eugênio Aragão, de pedir ao juiz sua intimação e prisão em flagrante, Romeu Tuma explicou na Justiça Federal que o que está havendo em Roraima são compromissos futuros que estão sendo tomados pela Funai, pela Polícia Federal e por todo o governo para convencer os garimpeiros a deixarem todas as áreas demarcadas dos ianomâms.

Perícia — A Justiça Federal vai nomear um antropólogo para coordenar a perícia que será realizada em toda a área da Floresta Nacional e da reserva indígena dos índios ianomâms, no estado de Roraima, para uma avaliação sobre o uso irregular das regiões por garimpeiros. Ao anunciar ontem a realização da perícia, o juiz da 7ª Vara Federal em Brasília, Novely Vilanova da Silva Reis, informou que se o governo assentar pelo menos um dos 45 mil garimpeiros em

qualquer região da Floresta Nacional de Roraima, estará descumprindo a lei e seus representantes poderão responder por crime de responsabilidade.

Novely, que se encontra de férias com sua família em Alagoas, foi o juiz que, em outubro do ano passado, concedeu liminar a pedido do Ministério Público Federal, interditou e mandou retirar todos os garimpeiros existentes nos 9 milhões de hectares que englobam as reservas demarcadas dos índios ianomâms e toda a área da Floresta Nacional, onde agora o governo pretende assentar os garimpeiros. O juiz Novely revelou que nos últimos dias tem acompanhado pela imprensa toda a polêmica que vem cercado a operação desenvolvida pelo governo para retirar os garimpeiros das áreas indígenas.

Ao deixar a 7ª Vara Federal, o delegado Romeu Tuma negou que o governo já tenha tomado posição e definido o assentamento dos garimpeiros nas três áreas da Floresta Nacional. O diretor-geral da Polícia Federal informou que o juiz lhe deu prazo de 72 horas para explicar por escrito todos os procedimentos que estão sendo adotados pelo DPF em Roraima. "Não fui para negociar nada, mas sim tentar ser uma válvula de escape para reduzir a pressão que os garimpeiros estão fazendo na região para não se retirarem das áreas indígenas", concluiu Romeu Tuma, que hoje mesmo começa a elaborar sua resposta ao juiz substituído da 7ª Vara Federal.



Agentes revistam os aviões para impedir que transportem equipamento de garimpagem

Boa Vista — Marcelo Régua

## Garimpo vai arruinar a ecologia

A decisão do governo federal de transferir os milhares de garimpeiros das terras indígenas ianomâms para a Floresta Nacional de Roraima poderá provocar um dos maiores desastres ambientais já registrados na Amazônia, com a contaminação por mercúrio de uma das mais bem dotadas estações ecológicas brasileiras — a da Ilha do Maracá, formada pela bifurcação do Rio Urariquera, uma região de transição entre a savana venezuelana e a floresta tropical brasileira, que exibe flora diversificada e fauna em vista em poucas regiões da Amazônia.

Antes mesmo da transferência dos garimpos das áreas ianomâms, centenas de garimpeiros já se encontram explorando ouro, com o uso de balsas, nas cabeceiras do Rio Urariquera, um dos mais importantes de Roraima, com larga utilização de mercúrio, sem que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tenha condições de exercer pelo menos uma fiscalização precária.

Levantamento — A Ilha do Maracá, antiga estação ecológica da extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (Semma), incorporada pelo Ibama, foi palco há dois anos do mais completo levantamento de fauna e flora já realizado ali em todos os tempos, num trabalho executado em conjunto pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e pela centenária Royal Geographical Society, instituição inglesa de pesquisas que tem como patrono o príncipe Charles, herdeiro do trono da Grã-Bretanha.

"O Inpa, através de convênio firmado com o Banco do Brasil, já tem recursos para desenvolver trabalhos de pesquisa para analisar a contaminação por mercúrio do Rio Urariquera", afirma o ecólogo Angelo Santos, do Inpa. A pesquisa será coordenada pelo pesquisador Bruce Fosberg e deve se iniciar até março próximo. A utilização de toneladas de mercúrio pelos garimpeiros é danosa não apenas para o homem, mas também destrói a vida aquática, num rio como o Urariquera onde habitam espécies raras como o boto cor-de-rosa, celebrado mundialmente no programa de TV feito pelo oceanógrafo Jacques Cousteau na Amazônia.

Com os garimpeiros na Floresta Nacional de Roraima, as perspectivas para o meio ambiente são negras. A nova área é mais próxima do Rio Urariquera e os donos de garimpos serão obrigados a construir novas pistas de pouso, destruindo a floresta, sem falar no assoreamento de vários córregos que desaguam no rio, levando grandes quantidades de mercúrio, numa ameaça à vida animal em toda a extensão do Urariquera.

## Saulo anuncia a demarcação

Brasília — Jamil Bittar

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, anunciou ontem que na próxima semana as três áreas onde ficarão os 45 mil garimpeiros de Roraima deverão estar demarcadas. "Não sei se é a melhor solução. Estamos fazendo força para fazer chegar o estado de direito às selvas. Hoje, vigora o caos: ninguém sabe o que está transgredindo", resumiu o ministro.



Saulo: "excesso de zelo"

Saulo defendeu o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, no acordo feito para a retirada dos garimpeiros que invadiram a reserva dos índios ianomâms. Anteontem, o procurador da República Eugênio José de Aragão pediu a prisão preventiva de Tuma por descumprimento à ordem judicial de afastamento total dos homens que exploram ouro dentro de uma área de 9,4 milhões de hectares em Roraima, território onde vivem 7 mil ianomâms.

"A única cadeia que Tuma merece é a de TV", ironizou o ministro da Justiça, afirmando que o procurador "é muito batalhador" e cometeu "um excesso de zelo". Saulo admitiu que a exploração do ouro e de outros minérios é feita desordenadamente e o que o Ministério da Justiça deseja é legalizar a atividade em determinadas áreas, estimulando os garimpeiros a formar associações ou a juntarem-se em cooperativas e sindicatos, obedecendo às normas de defesa da ecologia, evitando o garimpo individual e o contrabando de ouro.

"Temos que defender os índios. Lá em Roraima, eles estão se tornando

amigos dos garimpeiros, o que pode causar a descaracterização de sua cultura, de sua própria raça, e lhes trazer doenças, como já está acontecendo. Não podemos, entretanto, impedir que eles façam turismo entre as áreas. Isto é da competência do órgão tutor dos índios, no caso a Funai, e da Justiça, mas apenas se alguém for encontrado garimpando clandestinamente, fora da área", afirmou Saulo Ramos.

Na opinião do ministro, "a ordem judicial é para retirar os clandestinos, os que estão lá ilícitamente". Saulo observou que o número grande de trabalhadores (45 mil) força a uma solução pensada, pois "eles podem realmente massacrar os sete mil ianomâms".

## Segurança reduziu as áreas

A área caracterizada pela presença dos índios ianomâms, com uma pequena população estimada em 7.500 índios, que vivem em malocas esparsas, adjacentes a um longo trecho de 900 quilômetros de fronteira com a Venezuela, é muito grande. Há bastante tempo observam-se pressões, tanto nacionais quanto estrangeiras, visando constituir, às custas do atual território brasileiro e venezuelano, um estado ianomâmi", afirmou o ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Rubem Bayma Denys, em sua exposição de motivos ao extinto Conselho de Segurança Nacional, atual Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), posicionando-se contra a criação do Parque Nacional Ianomâmi, mais uma vez alegando motivos de "segurança nacional".

A senha do ministro Bayma Denys fez com que a Saden determinasse em 18 de novembro de 1988, através da Portaria Interministerial nº 250, a demarcação de 19 áreas indígenas descontinuas, colocando entre elas duas

florestas nacionais — de Roraima e do Amazonas — e ainda o Parque Nacional do Pico da Neblina. Com isso, o território ianomâmi foi reduzido a 70% de sua área, gerando críticas da Funai, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de entidades ambientalistas nacionais e estrangeiras.

O primeiro projeto de demarcação das terras dos ianomâms foi feito pelos antropólogos Kenneth Taylor e Alcida Ramos em dezembro de 1968. Em 1969, um novo projeto foi redigido pela Prelazia de Roraima, assessorada pelo etnólogo René Fuerst. Em 1979, a Comissão pela Criação do Parque Ianomâmi apresentou à Funai proposta para a criação do parque. Em 1982, o então ministro do Interior, Mário Andreazza, interditou em Roraima uma área de 7 milhões de hectares. No dia 13 de setembro de 1988, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Interministerial nº 160, declarando os limites da terra ocupada pelos ianomâms e determinando sua demarcação.

## Máquinas começam a mudar de lugar

Milhares de garimpeiros que atuam nas áreas indígenas dos ianomâms iniciaram ontem uma operação de desmonte das máquinas que utilizavam na extração de ouro. As mais de trezentas máquinas estão sendo embaladas para serem levadas para as novas áreas de garimpo destinadas pelo governo federal dentro da Floresta Nacional de Roraima. Serão necessários mais de 500 vãos para que equipamentos e garimpeiros saiam em definitivo das terras dos índios.

O acordo foi fechado e será cumprido — assegurou Rubem Pentead, assessor do governador de Roraima, Romero Jucá. Ainda esta semana, centenas de garimpeiros passarão a montar suas bases de atuação nas três novas áreas colocadas à disposição pelo governo federal. Na área Urariquera, nas nascentes do rio do mesmo nome, já existem nove pistas de pouso, na área Catrimani-Couto de Magalhães existem 12 pistas e já há garimpeiros também na área Urucica. Essas três áreas, juntas, somam 660 mil hectares.

Paapiú — A área Catrimani-Couto de Magalhães fica muito próxima a uma das ilhas destinadas à reserva indígena ianomâmi e será fiscalizada com maior rigor para que os garimpeiros não voltem a atuar nas áreas dos índios. A pista de pouso Paapiú, construída pelo Ministério da Aeronáutica e que serviu de ponto de partida para a invasão dos garimpeiros, foi devolvida pelos próprios garimpeiros à Funai e à Polícia Federal.

A solução encontrada pelo governo federal atendeu apenas em parte às comunidades indígenas, mas evitou que houvesse que se recorrer ao Congresso Nacional, única instituição que poderia garantir a mineração em área indígena, desde que com a aprovação das comunidades indígenas envolvidas. Em Florestas Nacionais está prevista atuação de garimpeiros e até mesmo extração de madeira, cabendo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) dar o parecer final sobre a viabilidade ou não de se permitir ação garimpeira ou de mineração.

Os pilotos que atuam em Roraima, mais de 300, chegaram a um acordo e não mais levarão garimpeiros, combustível ou alimentos para os garimpos criados nas áreas ianomâms. Todas as pistas de pouso clandestinas serão colocadas à disposição da Fundação Nacional do Índio, que vai destruir algumas e aproveitar outras para levar assistência aos índios. O prazo para evacuação das áreas dos índios não foi estabelecido, mas não deverá ser superior a um mês.

## Londrinos também protestam

Belo Horizonte — Aarão Octaviani

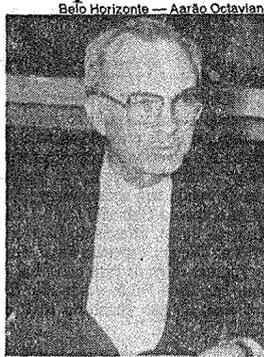
A transferência dos garimpos para a Floresta Nacional também teve repercussão negativa em Londres. A Survival International, organização que há 20 anos defende os direitos dos povos tribais ameaçados, realizou uma vigília durante toda a noite em frente à Embaixada do Brasil e telegrafou ao presidente José Sarney dizendo-se "consternada pela não remoção de 45 mil garimpeiros ilegais que estão destruindo os índios ianomâms".

O diretor da Survival, Stephen Corry, disse que a presença dos garimpeiros em terras indígenas equivale a um "genocídio". Ele fez um apelo ao governo britânico para que reconsidere sua decisão de doar US\$ 160 milhões para um Plano de Ação Florestal anunciado pela primeira-ministra Margaret Thatcher, na ONU, em outubro do ano passado. Anteontem, uma manifestação no Centro de Londres denunciou o plano como uma forma de exploração comercial, sem valor ecológico.

Em artigo de primeira página, o jornal *The Independent*, um dos cinco diários da grande imprensa londrina, disse que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, "capitulou às exigências dos garimpeiros" e descumpriu as determinações da Justiça. Um editorial nas páginas internas — sob o título *Brasil tem que expulsar os garimpeiros* — afirma que a vontade política dos brasileiros de impedir uma catástrofe ecológica, humana e climática está também sendo testada no episódio.

CNBB — Em entrevista durante a primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública, o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, disse, em Belo Horizonte, que é "incrivel" e "inaceitável" a decisão governamental de transferir os garimpeiros das terras ianomâms em Roraima para áreas habitadas por outros indígenas na Floresta Nacional do mesmo estado. Dom Luciano disse ter tentado contatos, com sucesso, com o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, com o ministro da Justiça, Saulo Ramos, e com o próprio presidente José Sarney durante toda a noite de quarta-feira para interceder a favor dos indígenas de Roraima e protestar contra a solução adotada pelo governo.

"Querem acabar com outro tribo? Faço um apelo à consciência nacional para que resista à destruição das populações", disse Dom Luciano, que,



Dom Luciano: "covardia"

durante a reunião do conselho, discursou para secretários de Segurança de vários estados, sem tocar no drama vivido em Roraima pelos ianomâms. Ao presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, procurador de Justiça João Benedito Azevedo Marques, no entanto, Dom Luciano pediu que fizesse contato com Romeu Tuma e intermediasse um encontro entre os dois.

Enfático, Dom Luciano acusou os garimpeiros, durante entrevista, de serem covardes ao agredirem os indígenas "indefesos" e atacou o governo federal por não fazer cumprir a lei e retirá-los das terras ianomâms. O presidente da CNBB lembrou que a Constituição assegura aos índios o direito de sobrevivência e de demarcação das suas terras, sendo da mesma forma inconstitucional a divisão do território indígena de Roraima em 19 áreas.

Comissão — Em São Paulo, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) divulgou ontem uma nota à imprensa em que condena a fixação dos garimpeiros na Floresta Nacional de Roraima, considerando a medida inconstitucional.

Em entrevista coletiva, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, e representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) acusaram o governo Sarney de descumprir a decisão judicial da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que considerou interditadas as áreas onde se pretende assentar os garimpeiros.

Lei seca — Agentes da Polícia Federal iniciaram ontem uma operação chamada de Lei Seca na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai para coibir a venda de bebidas alcoólicas aos índios, a maioria jovens de oito tribos. No primeiro dia, foram presos em flagrante dois comerciantes, que estão sujeitos a detenção de seis meses a dois anos. O problema da embriaguez no posto indígena de Amambai, onde vivem 4 mil índios caietés e guaranis, chegou "ao insuportável", segundo o

administrador-substituto da Funai Valdir Evangelista de Araújo.

Demarcação — Depois de esperar quase o dia inteiro, os índios caietés e os integrantes da Fundação Mata Virgem ouviram ontem do presidente do Funai, Iris Pedro de Oliveira, que a promessa do presidente Sarney de demarcar as áreas indígenas não será um processo simples. Para Iris, o presidente José Sarney só poderá autorizar a demarcação das terras dos caietés após ouvir um colegiado composto por inte-

grantes da Funai, Inca e Ministério do Interior, conforme determina o Decreto 94.945.

Polição — Depois de uma luta de quase dois anos na Justiça, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás (Semago) conseguiu finalmente uma liminar para retirada imediata de 20 mil garimpeiros que poluíam o meio ambiente nas bacias dos rios Vermelho, Peixe e Itaipira, no Vale do Araguaia.

# CALDAS NOVAS, SOMBRA E ÁGUA QUENTE.

2 opções de roteiro para aquele relax no paraíso.

**CALDAS NOVAS ESPETACULAR.**  
7 dias. Incluindo Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatuba, São Paulo, Uberaba, Uberlândia e Termas de Araxá.

**CALDAS NOVAS, BRASÍLIA E CIDADES HISTÓRICAS.** 8 dias.  
Incluindo Triângulo Mineiro, Araxá, Gruta de Maquiné, Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana e Congonhas do Campo.

Viagens na super confortável SOLNAVE, o ônibus exclusivo da Soletur  
Acompanhamento de guias e motoristas especializados  
Refeições incluídas  
Em Caldas Novas, hospedagem no Águas Calientes Termas Hotel, com complexo de piscinas (38°) e sauna natural. Passeios por belíssimos recantos da região.

**soletur**  
Em turismo a número 1

Centro: Rua da Quitanda, 20/Sij. - Tel.: 221-4499  
Ipanema: Rua Visconde de Pirajá, 351/Loja 105 - Tel.: 521-1188  
Copacabana: Rua Santa Clara, 70/Sij. - 204 - Tel.: 236-1998  
Tijuca: Praça Saenz Peña, 45/Li. 101 - Tel.: 264-4893  
Barra: Av. Armando Lombardi, 800/Li. N. Tel.: 399-0309  
Niterói: (Contactur) - R. Cel. Moreira César, 229 - Gr. 1012 - Tel.: 710-7401

**Persianas Pan American S.A.**

Perfeito controle de luz, sol e ar. Modernas, decorativas, funcionais. Tecidos plastificados à sua escolha. Também em alumínio porcelanizado.

Vendedores de plantão.

**(021) 241-1177**

Rua Frei Caneca, 101 - Centro  
Av. Alvorada, 2150 - CasaShopping - Barra da Tijuca

Conservas fora da garantia exclusivamente com peças originais da PanAmerican.

**MIAMI**

**VÔO DIRETO**

Saída	Voata	Cla.Áerea
18/1	24/1	EASTERN
6/2	19/2	EASTERN
18/2	6/3	VARIG

US\$ 648

TERRESTRE VÁRIAS OPÇÕES COM ORLANDO A PARTIR DE US\$ 290 GRAN RIO TEL: 240-7172

EMBRATUR Nº 04967-00-41-1

**JB**